

**Acordo de Cooperação Técnica Nº 02 /2020**

Processo nº 00020.000506/2020-32

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE  
SI CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DA CASA CIVIL  
DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, E A FUNDAÇÃO  
BANCO DO BRASIL.**

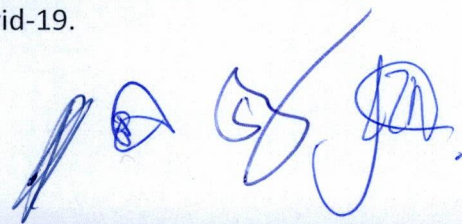
A **UNIÃO**, pela **CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (CASA CIVIL)**, órgão da administração federal direta, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.411/0001-09, com sede à Praça dos Três Poderes 4º Andar, Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF - CEP 70150-904, neste ato representada pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil **WALTER SOUZA BRAGA NETTO**, inscrito no CPF sob o nº 500.217.537-68, e a **FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL (FUNDAÇÃO)**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, instituída e patrocinada pelo Banco do Brasil S.A., com sede no SCES, Trecho 02, lote 22, CEP: 70200-002 – Brasília/DF, inscrita no CNPJ sob o nº 01.641.000/0001-33, neste ato representada por seu Presidente, **ASCLEPIUS RAMATIZ LOPES SOARES**, inscrito no CPF sob o nº 443.087.101-97, doravante denominadas **PARTÍCIPIES**, resolvem firmar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA (ACORDO)**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente instrumento tem como objeto a conjugação de esforços entre os **PARTÍCIPIES**, de acordo com suas próprias diretrizes e estratégias, para viabilizar cooperação técnica que promova ações emergenciais de combate e mitigação dos efeitos da pandemia do Coronavírus/Covid-19. As ações deverão ser alinhadas com as políticas públicas afetas ao combate ao Covid-19 e aos seus Efeitos Sociais e Econômicos, bem como as atribuições do Conselho de Solidariedade para Combate ao COVID-19, instituído pelo Decreto Nº 10.311, de 3 de abril de 2020, bem como ao Estatuto, Regimento Interno e demais normativos e documentos de Governança da **FUNDAÇÃO**, disponíveis em [www.fbb.org.br](http://www.fbb.org.br) e que, independente de transcrição, são parte integrante deste **ACORDO**.

**2. CLAUSULA SEGUNDA – DOS OBJETIVOS**

2.1. O presente **ACORDO** tem por objetivo a integração de ações entre os **PARTÍCIPIES** vinculadas à assistência emergencial a pessoas em situação de vulnerabilidade social no sentido de combater e mitigar os efeitos da pandemia do Coronavírus/Covid-19.





### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS

3.1. O presente **ACORDO** não implica compromissos financeiros ou transferências de recursos entre os **PARTÍCIPIES**.

3.2. Subcláusula Primeira - Os recursos financeiros investidos no âmbito deste **ACORDO** serão oriundos de doações a serem efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas e destinadas, exclusivamente, à execução do objeto deste **ACORDO**.

3.3. Subcláusula Segunda - A doação de recursos será recebida em conta(s) corrente(s) específica(s), mantida(s) no Banco do Brasil S/A, sob gestão da **FUNDAÇÃO**.

3.4. Subcláusula Terceira - Os recursos financeiros recebidos por meio de doação, para cumprimento do objeto deste **ACORDO**, corresponderão ao montante doado, descontadas despesas e tarifas cobradas por instituições financeiras ou não financeiras por decorrência do depósito, manutenção em conta de depósito, transferência ou movimentação de tais recursos. Também serão descontadas despesas de deslocamento, alimentação e hospedagem do corpo técnico da **FUNDAÇÃO** em missões relacionadas ao assessoramento e ao monitoramento das **ações sociais** desenvolvidas, limitadas a 1% do valor total arrecadado ou R\$ 50.000,00, o que for maior.

3.5. Subcláusula Quarta - Os recursos humanos de cada um dos **PARTÍCIPIES** que estiverem envolvidos nas ações decorrentes deste **ACORDO** permanecerão com seus vínculos empregatícios inalterados.

3.6. Subcláusula Quinta - Na hipótese dos recursos financeiros recebidos por meio das doações superarem o montante de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), as condições deste **ACORDO** deverão ser renegociadas entre os **PARTÍCIPIES**.

### 4. CLÁUSULA QUARTA – DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os valores recebidos em doação e disponíveis para execução deste **ACORDO** serão alocados em atividades pertinentes ao objeto e aos objetivos deste **ACORDO**, denominadas **Ações Sociais**.

4.2. Subcláusula Primeira - Entende-se por **Ação Social** iniciativa estruturada desenvolvida para cumprimento do objeto deste **ACORDO**.

4.3. Subcláusula Segunda - O valor mínimo para estruturação e proposição de uma **Ação Social** é R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). **Ações Sociais** com valores menores poderão ser aprovadas mediante a análise e decisão dos **PARTÍCIPIES**.

4.4. Subcláusula Terceira - As **Ações Sociais** serão estruturadas pelos **PARTÍCIPIES**, alinhadas às prioridades de ações de assistência emergencial emanadas pelo Conselho de Solidariedade para Combate ao COVID-19 e aos seus Efeitos Sociais e Econômicos e deverão apresentar um descritivo da ação, valor envolvido e prazo de execução.





4.5. Subcláusula Quarta - As **Ações Sociais** serão desenvolvidas e implementadas mediante a formalização de instrumento específico entre a **FUNDAÇÃO** e uma entidade social (pessoa jurídica sem fins lucrativos) a ser selecionada pela **FUNDAÇÃO**.

4.6. Subcláusula Quinta - A **FUNDAÇÃO**, a seu critério, poderá selecionar mais de uma entidade social para realização das atividades inerentes ao cumprimento do objeto do presente **ACORDO**.

4.7. Subcláusula Sexta - A **FUNDAÇÃO** é responsável apenas e exclusivamente pela coordenação, estruturação, fiscalização e formalização das **Ações Sociais**, conforme atividades descritas, recursos financeiros e prazos ali estipulados, não cabendo nenhuma responsabilidade adicional para além de tais limites de prazo e de recursos financeiros.

## 5. CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPE

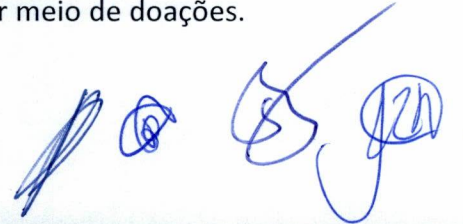
5.1. Com intuito de alcançar o objetivo aqui estabelecido, cada **PARTÍCIPE** se compromete, dentro de sua esfera de atuação, a prover os recursos não financeiros necessários à implementação deste **ACORDO**, observado o disposto na Subcláusula Quinta da Cláusula Terceira.

5.2. Subcláusula Primeira - Caberá aos **PARTÍCIPE**s no âmbito deste **ACORDO**:

- a) Mobilizar pessoas físicas e jurídicas a efetuar doações de recursos;
- b) Designar representante(s) para deliberar sobre as questões referentes ao **ACORDO**;
- c) Estabelecer diretrizes e priorização para a utilização dos recursos disponíveis;
- d) Dar publicidade à sociedade das **Ações Sociais** desenvolvidas.

5.3. Subcláusula Segunda - Caberá à **FUNDAÇÃO** no âmbito deste **ACORDO**:

- a) Estruturar e disponibilizar instrumentos e procedimentos para recebimento de doações por meio de canais específicos;
- b) Gerir os recursos recebidos;
- c) Articular **Ações Sociais** voltadas para o cumprimento do objeto;
- d) Prospectar entidades sociais para execução das **Ações Sociais**;
- e) Avaliar propostas para execução de **Ações Sociais**;
- f) Formalizar instrumentos específicos com entidades sociais para implementação das **Ações Sociais**;
- g) Acompanhar a execução das **Ações Sociais**;
- h) Encaminhar à **CASA CIVIL**, quinzenalmente e quando solicitada, prestação de contas que possibilite dar conhecimento da situação das **Ações Sociais** desenvolvidas e em desenvolvimento aos doadores e à sociedade;
- i) Prover à **CASA CIVIL** meios para acompanhamento financeiro mensal da gestão e utilização dos recursos recebidos por meio de doações.





5.4. Subcláusula Terceira - Caberá à **CASA CIVIL**, por intermédio do **Pátria Voluntária**, no âmbito deste **ACORDO**:

- a) Informar à **FUNDAÇÃO** prioridades de ações de assistência emergencial definidas pelo Conselho de Solidariedade para Combate ao COVID-19 e aos seus Efeitos Sociais e Econômicos;
- b) Comunicar ao Conselho de Solidariedade para Combate ao COVID-19 e aos seus Efeitos Sociais e Econômicos as **Ações Sociais** estruturadas e em andamento;
- c) Realizar a interlocução e articulação com outros entes públicos e privados que participem da assistência emergencial objeto deste Instrumento e/ou possam vir a colaborar com o objeto deste **ACORDO**;
- d) Estruturar e disponibilizar canais para recebimento de doações.

## 6. CLÁUSULA SEXTA – DOS RESULTADOS

6.1. Os resultados de trabalhos, conhecimentos técnicos, inovações tecnológicas e tecnologias sociais desenvolvidos no escopo deste **ACORDO** serão compartilhados entre os **PARTÍCIPIES**, preservando-se eventuais direitos de propriedade intelectual e de patentes de terceiros.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO SIGILO E DA TRANSPARÊNCIA

7.1. Os **PARTÍCIPIES** obrigam-se, em qualquer hipótese, a resguardar a segurança e o sigilo das informações de caráter confidencial a que tenham mútuo acesso por força deste **ACORDO**.

7.2. Subcláusula Única - As informações geradas no âmbito deste **ACORDO** e da execução das **Ações Sociais** não classificadas como sigilosas por lei ou por ato de autoridade administrativa, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso a Informação), poderão ser publicadas nos sítios digitais dos **PARTÍCIPIES**, para consulta pública, conforme o princípio da transparência ativa e a iniciativa mundial de “dados abertos”, da qual o Brasil é signatário.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

8.1. As dúvidas ou eventuais casos omissos que possam surgir na execução deste **ACORDO** serão solucionados por consenso mútuo, mediante formalização de correspondência eletrônica ou ata de reunião realizada, que serão parte integrante deste **ACORDO** independente de transcrição.

## 9. CLÁUSULA NONA – DA PUBLICIDADE

9.1. Os nomes e logomarcas dos **PARTÍCIPIES** deverão figurar em conjunto com igual destaque no material de divulgação e placas alusivos às **ações sociais** apoiadas no âmbito deste





**ACORDO**, os quais seguirão os padrões definidos por seus respectivos departamentos de divulgação.

9.2. Subcláusula Primeira - Compreendem os materiais de divulgação referidos na alínea anterior, dentre outros, os formulários, cartazes, folhetos, anúncios, matérias na mídia, livros, relatórios, vídeos, Internet, placas e meios de comunicação visual indicativos do apoio dos **PARTÍCIPIES**.

9.3. Subcláusula Segunda - As iniciativas de publicidade institucional dos **PARTÍCIPIES**, decorrentes da execução deste **ACORDO**, terão caráter apenas educativo, informativo ou de orientação ao cidadão. Nessas iniciativas não poderão constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção de ideologias ou partidos políticos, ou promoção pessoal de autoridade política ou servidor público.

9.4. Subcláusula Terceira - Os nomes e logomarcas dos **PARTÍCIPIES** são marcas registradas e não podem ser utilizados em quaisquer materiais ou meios de divulgação sem a prévia e expressa autorização escrita de seus proprietários, mediante formalização de correspondência eletrônica.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES E ADITAMENTOS

10.1. O presente **ACORDO** poderá ser alterado e suas cláusulas acrescidas, suprimidas ou modificadas, com exceção da Cláusula Primeira (Do Objeto), mediante Termo Aditivo, de comum acordo entre os **PARTÍCIPIES**, desde que tal interesse seja manifestado previamente e por escrito pela **CASA CIVIL** ou pela **FUNDAÇÃO**.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

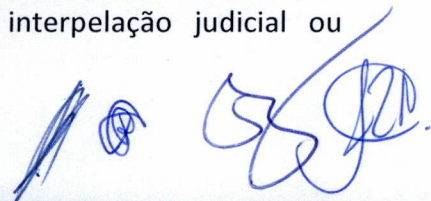
11.1. Este **ACORDO** passa a ter vigência a partir da sua assinatura, e vigorará por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por Termo Aditivo, caso não haja nenhuma manifestação contrária dos **PARTÍCIPIES**.

11.2. Subcláusula Única - O término da vigência do presente **ACORDO** não desobriga os **PARTÍCIPIES** do cumprimento de suas obrigações estabelecidas neste **ACORDO**, até que lhe seja dada a quitação específica das obrigações vinculadas às **ações sociais** formalizadas.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DENÚNCIA, DA RESCISÃO E DA APLICAÇÃO DE SANÇÕES

12.1. Este **ACORDO** poderá ser denunciado por qualquer dos **PARTÍCIPIES**, por comunicação eletrônica, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do seu termo final, sem prejuízo da conclusão das atividades em curso, não cabendo reclamação, indenização ou compensação.

12.2. Subcláusula Primeiro - Este **ACORDO** poderá ser rescindido de pleno direito a qualquer tempo, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou





extrajudicial, ficando os **PARTÍCIPIES** responsáveis pelas obrigações anteriormente assumidas, nas seguintes situações:

- a) Desvio de finalidade;
- b) Descumprimento de qualquer das condições estipuladas em suas cláusulas;
- c) Paralisação do objeto pactuado;
- d) Superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável; e
- e) Demais hipóteses previstas em Lei, salvo na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificado.

12.3. Subcláusula Segunda – Eventuais sobras de recursos financeiros recebidos serão doadas a pessoa jurídica sem fins lucrativos com finalidade semelhante ao objeto deste **ACORDO** após anuência dos **PARTÍCIPIES**, ressalvados os recursos já comprometidos nas **Ações Sociais**.

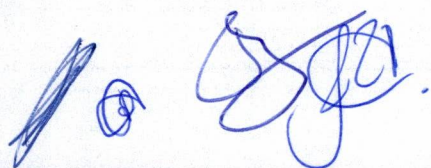
### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS ANTICORRUPÇÃO

13.1. Os **PARTÍCIPIES**, neste ato, declaram que em todas as suas atividades relacionadas a este **ACORDO** cumprirão integralmente o Foreign Corrupt Practices Act (FCPA) e a Lei Anticorrupção brasileira (Lei nº 12.846/2013), bem como com todas as outras leis antissuborno, leis anticorrupção, leis sobre conflitos de interesses ou outras leis, normas ou regulamentos com finalidade e efeito semelhantes, aplicáveis à **FUNDAÇÃO** ou à **CASA CIVIL**.

13.2. Subcláusula Primeira - Os **PARTÍCIPIES** declaram, na data de assinatura deste **ACORDO**, que cumprem as leis nacionais e internacionais às quais estão submetidos, bem como as leis nacionais e internacionais que tenham por finalidade o combate ou a mitigação dos riscos relacionados a práticas corruptas, atos lesivos, infrações ou crimes contra a ordem econômica ou tributária, de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, contra a administração pública, nacional ou estrangeira, incluindo, sem limitação, atos ilícitos que possam ensejar responsabilidade administrativa, civil ou criminal nos termos das Leis nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990; nº 8.429, de 2 de junho de 1992; nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (ou outras normas de licitações e contratos da administração pública); nº 9.613, de 3 de março de 1998; nº 12.529, de 30 de novembro de 2011; e nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, as quais deverão ser respeitadas pelos **PARTÍCIPIES** durante toda a vigência deste **ACORDO**.

13.3. Subcláusula Segunda - A **FUNDAÇÃO**, neste ato, declara que em todas as suas atividades relacionadas a este **ACORDO**, seus respectivos diretores, conselheiros, empregados ou beneficiários, consultores, representantes, agentes, corretores ou outros intermediários, não tomaram nem tomarão qualquer medida que viole as Leis Anticorrupção e não pagaram, ofereceram, prometeram ou autorizaram nem pagarão, oferecerão, prometerão ou autorizarão o pagamento de dinheiro ou qualquer coisa de valor, direta ou indiretamente, a qualquer:

a) funcionário, diretor ou representante de, ou pessoa que de outra forma atue oficialmente para, ou em nome de:





- I - governo nacional, subdivisão política ou jurisdição local do mesmo;
  - II - departamento, conselho, comissão, tribunal ou agência, quer seja civil ou militar, de qualquer um dos supramencionados, como quer que seja constituído;
  - III - associação, organização, empresa ou empreendimento de propriedade do governo ou controlado pelo governo; ou
  - IV - um partido político.
- b) funcionário legislativo, executivo ou judiciário, independentemente de ser eleito ou nomeado;
- c) diretor de ou pessoa que ocupe um cargo em um partido político;
- d) candidato a um cargo político;
- e) pessoa que ocupe qualquer outro cargo oficial, cerimonial ou outro cargo nomeado ou herdado junto a uma Autoridade Governamental; ou
- f) diretor ou funcionário de uma organização supranacional (por exemplo, Banco Mundial, Organização das Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) com a finalidade:
- I - influenciar qualquer ato ou decisão de tal pessoa em sua capacidade oficial;
  - II - induzir tal pessoa a agir (seja por ação ou omissão) em violação de seu dever legal;
  - III - obter qualquer vantagem indevida; ou
  - IV - induzir tal pessoa a usar sua influência para influenciar ou afetar qualquer ato ou decisão de uma autoridade governamental, a fim de auxiliar os **PARTÍCIPIES** a obterem, reterem ou canalizarem negócios para qualquer pessoa, sob pena da **CASA CIVIL** e da **FUNDAÇÃO** rescindirem de imediato o presente **ACORDO** tão logo tenha elementos que comprovem a atitude temerária do agente representante do respectivo **PARTÍCIPE**.

13.4. Subcláusula Terceira - Nenhum dos **PARTÍCIPIES** poderá, em desacordo com a legislação aplicável, direta ou indiretamente, fazer qualquer oferta, pagamento de qualquer quantia, ou oferecer, presentear, prometer dar, ou autorizar qualquer coisa, a qualquer funcionário público, qualquer partido político ou funcionário do mesmo, qualquer candidato a cargo político ou pessoa a estes ligadas direta ou indiretamente com a finalidade de obter uma vantagem indevida.

13.5. Subcláusula Quarta - Os **PARTÍCIPIES** declaram adotar programas de integridade estruturado, aplicado e atualizado de acordo com as características e riscos de suas atividades, nos termos do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, visando garantir o fiel cumprimento da legislação indicada acima.

13.6. Subcláusula Quinta - A **CASA CIVIL** ou a **FUNDAÇÃO** deverão informar imediatamente ao respectivo **PARTÍCIPE**, caso esteja ou venha a ser envolvido, direta ou indiretamente, em inquéritos ou processos administrativos ou judiciais pela prática de atos lesivos à administração pública nacional ou estrangeira, sem prejuízo da possibilidade de rescisão imediata deste **ACORDO**, independentemente de notificação prévia, a critério do **PARTÍCIPE** inocente.





**14. CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO**

14.1. Caberá à **CASA CIVIL** providenciar a publicação do presente **ACORDO** em extrato no Diário Oficial da União, bem como a publicação de extrato do Termo Aditivo ao **ACORDO**, na hipótese de alteração

**15. CLÁUSULA DECIMA QUINTA – DO FORO**

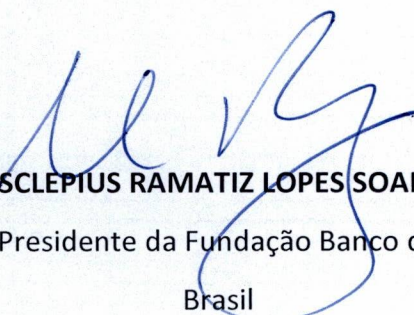
15.1. Nos casos em que não for possível solução administrativa pelos **PARTÍCIPES**, fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir quaisquer litígios oriundos deste instrumento.

15.2. E por estarem, assim, de pleno acordo, firmam o presente Acordo de Cooperação Técnica em 3 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas, para que produza os efeitos legais.

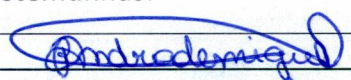
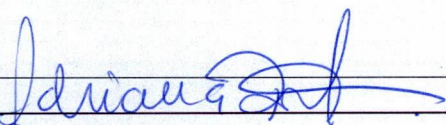
Brasília/DF, 7 de abril de 2020.

  
**WALTER SOUZA BRAGA NETTO**

Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da  
Presidência da República

  
**ASCLEPIUS RAMATIZ LOPES SOARES**  
Presidente da Fundação Banco do  
Brasil

Testemunhas:

 Nome: Pollyana de Freitas Andrade Miguel CPF: 992.659.553-53	 Nome: Mariana S. S. Pinheiro CPF: 087.546.377-08
--	--